

ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

Aos 20 dias do mês de janeiro de 2015, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações e outros assuntos

2. Seminário - Revisão da Estratégia Europa 2020 - Inovação, investigação e

ciência-Continuação da apreciação do projeto de programa.

3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de

iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO

CONSELHO Reforço da cooperação entre as autoridades responsáveis pela

vigilância marítima tendo em vista um melhor conhecimento das situações:

próximas medidas no quadro do Ambiente Comum de Partilha da Informação

no domínio marítimo da UE [COM(2014)451], objeto de relatório da Comissão

de Defesa Nacional

Deputado Autor do Parecer: Lídia Bulcão (PSD)

Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO

CONSELHO - Diretrizes para a análise do equilíbrio entre a capacidade de

pesca e as possibilidades de pesca em virtude do artigo 22.º do Regulamento

(UE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à política

comum das pescas [COM(2014)545], objeto de relatório da Assembleia

Legislativa Regional dos Açores

Deputado Autor do Parecer: Cristóvão Norte (PSD)

Iniciativa selecionada

1



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

c) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (codificação) [COM(2014)534], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: Catarina Martins (BE) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR: PROGRAMA PARA ACABAR COM OS RESÍDUOS NA EUROPA [COM(2014)398], objeto de relatório da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Deputado Autor do Parecer: Lídia Bulcão (PSD) Iniciativa selecionada

e) Um Novo Pacto para a Defesa Europeia Roteiro de implementação da Comunicação COM (2013) 542: Para um setor da defesa e da segurança mais competitivo e eficiente [COM(2014)387], objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional

Deputado Autor do Parecer: Rui Barreto (CDS-PP) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

f) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a política da UE em matéria de regresso [COM(2014)199], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: Ana Catarina Mendes (PS) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

g) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que proíbe a pesca com redes de deriva, que altera os Regulamentos (CE) n.º 850/98, (CE) n.º 812/2004, (CE) n.º 2187/2005 e (CE) n.º 1967/2006 do Conselho e que revoga o Regulamento (CE) n.º 894/97 do Conselho [COM(2014)265], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar.

Deputado Autor do Parecer: Cristóvão Norte (PSD) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

- 4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
- 5. Apreciação e votação das Atas n.ºs 187 e 188, relativas às reuniões de 8 e 13 de janeiro de 2015, respetivamente.

1. Informações e outros assuntos

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), deu início à reunião, abordando os seguintes assuntos:

1. Informações e outros assuntos

1.1. Sobre a audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ao abrigo do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República inicialmente marcada para o dia 27 de janeiro de 2015, às 15h00, tinha sido posteriormente apresentada uma proposta pelo Gabinete para ser adiada para o dia 3 de março de 2015, à tarde, devido a compromissos internacionais, e à chegada do referido Membro do Governo, precisamente nesse dia, de uma visita oficial.

Seguiu-se uma troca de impressões entre os Senhores Deputados da Comissão, sendo que daqui resultou a apresentação de uma proposta para



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

a realização da audição, em alternativa, nos dias 28 de janeiro (manhã), 10 de fevereiro (tarde)/18 de fevereiro (manhã).

1.2. Sobre a audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (SEAE), após Conselho Europeu de 12 e 13 de fevereiro de 2015, a proposta do gabinete tinha recaído no dia 24 de fevereiro de 2015, às 15h00, tendo em conta que na semana de 16 a 18 de fevereiro, o SEAE estaria em missão na Geórgia.

A CAE apresenta a proposta para o dia 19 de fevereiro ou 20 de fevereiro.

1.3. Sobre a audição do PTCE para 2015 tinha sido informado pela Antena que, após ter estabelecido contactos, não se conseguia a participação de um Comissário para finais de janeiro e princípios de fevereiro.

Seguiu-se um período de debate sobre esta questão, no qual intervieram os Senhores Deputados António Rodrigues (PSD) para registar que deveriam ser encetados contactos e comunicado à Comissão Europeia, em Portugal, que esta situação não poderia ocorrer de novo e insistir para que a audição viesse a ter lugar por todo o mês de fevereiro ou por todo o mês de março; Vitalino Canas (PS) para dizer que se a Comissão Europeia queria convencer que estava comprometida com os Parlamentos nacionais, não se percebia que, de entre 28 Comissários, num período de 3 meses, não houvesse a disponibilidade de um deles para esse efeito; José Ribeiro e Castro (CDS-PP) para referir que deveria ser escrita uma carta a manifestar esperança na existência de um novo relacionamento da Comissão Europeia com os Parlamentos nacionais.

O Senhor Presidente da Comissão, sintetizando referiu que iria formular a carta para que se verificasse a audição em fevereiro ou em março.

1.4. Sobre a visita de trabalho à Sérvia e Montenegro, tinham sido enviados 2 e-mails aos Parlamentos da Sérvia e Montenegro, respetivamente, dando conta do interesse da CAE em efetuar uma visita de trabalho a ambos os países.

O Parlamento da Sérvia tinha respondido que os Deputados teriam muito gosto em receber a visita dos parlamentares portugueses, em fevereiro ou março, em Belgrado, e perguntava se seria aquele Parlamento de enviar uma carta-convite, na qual proporia datas apropriadas para a reunião com as duas Comissões (CAE e Comissão de Integração Europeia). O Parlamento do Montenegro ainda não tinha respondido, apesar de já ter sido reforçado o pedido.

1.5. Sobre o ofício enviado pelo Comissário Moscovici a SEXA a Presidente da Assembleia da República, sobre o qual tinha recaido o despacho de baixa



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública – sobre o parecer da Comissão Europeia relativo ao projeto de proposta de orçamento de Portugal e a comunicação da Comissão da qual constava uma avaliação da situação e das perspetivas orçamentais da área do euro.

A COFAP tinha remetido à CAE, para conhecimento o referido ofício, tendo deliberado na sua reunião que: "parecendo extemporânea a audição do Sr. Comissário Moscovici para apreciação do parecer da Comissão Europeia a um projeto de Orçamento do Estado que já está em vigor, há interesse em concretizar uma audição abrangendo outros temas que não exclusivamente referentes ao Orçamento do Estado. O Senhor Presidente da COFAP disse que, no âmbito da Semana Parlamentar Europeia poderiam tentar concretizar o agendamento desta audição, daí que solicitamos a colaboração aos colegas da CAE (para articulação dos respetivos Presidentes, dado que foi referido ser uma audição conjunta) e à Antena (para contactos preliminares informais que seja útil encetar com o Gabinete do Comissário) ".

O Senhor Presidente informou que, tendo tido contacto com o Senhor Presidente da COFAP, tinha manifestado disponibilidade para o efeito.

1.6. Tinha sido recebido na CAE um e-mail no sentido de perguntar se a CAE se se associaria ao evento a promover pelo Presidente do GPA Portugal-Canadá, que tinha proposto aos Senhores Deputados Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros, Assuntos Europeus e Economia e Obras Públicas, uma audição/conferência conjunta, com o Embaixador do Canadá para a União Europeia, David Plunketta, a realizar no dia 10 de fevereiro, da parte da manhã, sobre o acordo CETA.

A final, a Comissão deliberou que iria aderir à audição/conferência mencionada.

1.7. A CAE tinha sido informada de que a Comissão LIBE do Parlamento Europeu irá organizar a 23 e 24 de fevereiro de 2015, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, uma reunião interparlamentar subordinada ao tema "The Smart Borders Package: European Challenges, National Experiences, the Way Ahead", e considerando o tema e as competências das 1.ª e 4.ª comissões, bem como o escrutínio do referido pacote (Cfr. Escrutínio conjunto das COM(2013)95, COM(2013)96 e COM(2013)97), junto era enviada a carta convite.

O Senhor Presidente referiu que na reunião seguinte seria indicado o Senhor Deputado, cabendo ao PSD.

1.8. A próxima reunião da CAE teria lugar no dia 27 de janeiro, às 16h00.



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

 Apresentação do Relatório de participação na Reunião informal dos Presidentes de Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos nacionais da UE pelo Senhor Vice-Presidente da CAE, Deputado Vitalino Canas (PS).

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) usou da palavra para proceder à apresentação do Relatório mencionado.

A reunião tinha sido amplamente participada, com a presença de dezasseis câmaras parlamentares representadas por Presidentes, Vice-Presidentes e Funcionários. A iniciativa tinha resultado do esforço conjunto dos Parlamentos da Dinamarca, Reino Unido e Holanda. Os três principais temas objeto de debate tinham sido o aperfeiçoamento do cartão amarelo; o acompanhamento da análise do PTCE para 2015 e o cartão verde.

Sobre o cartão amarelo, salientou que o assunto estava relativamente consensualizado, embora, a proposta referente ao alargamento do prazo de 8 para 12 semanas, constituísse motivo de preocupação por parte de alguns Parlamentos, porquanto, por um lado, poderia implicar o atraso do processo legislativo e por outro, não estava previsto nos Tratados. Outra proposta referia-se aos Parlamentos nacionais conterem no diálogo político a verificação do princípio da proporcionalidade.

Sobre o cartão verde a questão – mais avançada pelo Parlamento do Reino Unido – era a de combinar a iniciativa Barroso com a iniciativa legislativa pelos Parlamentos nacionais, sendo-lhes possível fazer chegar à Comissão Europeia as iniciativas que esta sobre elas decidiria assumir, ou não. Esta situação implicaria um diálogo político reforçado. Existia já um *paper* elaborado pelo Parlamento do Reino Unido e sobre o qual, proximamente, a Assembleia da República teria que se pronunciar e tomar posição.



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente da Comissão, tendo em vista a necessidade de aprofundamento destas matérias informou que este ponto seria, de novo, inscrito na ordem do dia da próxima reunião da CAE.

3. Seminário - Revisão da Estratégia Europa 2020 - Inovação, investigação e ciência-Continuação da apreciação do projeto de programa

Intervieram no debate em torno desta questão, o Senhor Presidente da Comissão e os Senhores Deputados Carla Cruz (PCP), Gabriel Côrte-real Goucha (PSD), Vitalino Canas (PS), José Ribeiro e Castro (CDS-PP) e Carlos São Martinho (PSD).

Em síntese o Senhor Presidente mencionou as alterações propostas e aceites: era fundamental a participação dos dois Comissários; o Seminário ter lugar numa terça-feira ou numa segunda-feira do mês de maio; o convite ser estendido às Comissões de Economia e Obras Públicas (CEOP) e de Educação, Ciência e Cultura (CECC), com intervenções dos dois Presidentes, de preferência o da CEOP da parte da manhã e o da CECC, da parte da tarde.

4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Reforço da cooperação entre as autoridades responsáveis pela vigilância marítima tendo em vista um melhor conhecimento das situações: próximas medidas no quadro do Ambiente Comum de Partilha da Informação no domínio marítimo da UE [COM(2014)451], objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional

Deputado Autor do Parecer: Lídia Bulcão (PSD)
Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

O Parecer foi apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD), após o que, submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Diretrizes para a análise do equilíbrio entre a capacidade de pesca e as possibilidades de pesca em virtude do artigo 22.º do Regulamento (UE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à política comum das pescas [COM(2014)545], objeto de relatório da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

Deputado Autor do Parecer: Cristóvão Norte (PSD) Iniciativa selecionada

A apreciação e votação do Parecer foram adiados para a reunião seguinte.

c) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (codificação) [COM(2014)534], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: Catarina Martins (BE)
Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - PARA UMA ECONOMIA CIRCULAR: PROGRAMA PARA ACABAR COM OS RESÍDUOS NA EUROPA [COM(2014)398], objeto de relatório da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Deputado Autor do Parecer: Lídia Bulcão (PSD) Iniciativa selecionada



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

A apreciação e votação do Parecer foram adiados para a reunião seguinte.

e) Um Novo Pacto para a Defesa Europeia Roteiro de implementação da Comunicação COM (2013) 542: Para um setor da defesa e da segurança mais competitivo e eficiente [COM(2014)387], objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional

Deputado Autor do Parecer: Rui Barreto (CDS-PP)
Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

O Parecer foi apresentado pelo Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP), após o que, submetido a votação foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

f) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a política da UE em matéria de regresso [COM(2014)199], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: Ana Catarina Mendes (PS) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante

A apreciação e votação do Parecer foram adiados para a reunião seguinte.

g) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que proíbe a pesca com redes de deriva, que altera os Regulamentos (CE) n.º 850/98, (CE) n.º 812/2004, (CE) n.º 2187/2005 e (CE) n.º 1967/2006 do Conselho e que revoga o Regulamento (CE) n.º 894/97 do Conselho [COM(2014)265], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar.

Deputado Autor do Parecer: Cristóvão Norte (PSD) Iniciativa não selecionada, mas escrutinada por motivo relevante



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

O Parecer foi apresentado pelo Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) que começou por referir que se estava em presença de uma questão complexa. O que parecia era que o princípio da proporcionalidade só podia ser argumentado quando se verificasse, em simultâneo, o princípio da subsidiariedade e esta era uma matéria da exclusiva competência da União Europeia. Não era do interesse do país que fosse admitida a pesca com rede de deriva.

Assim, propunha-se fazer um parecer em que, não se referindo ao princípio da proporcionalidade, fosse assumido nas conclusões, no plano do diálogo político e assim, salvaguardava os interesses legítimos dos pescadores. Não iria refugiar-se no plano da opinião do relator, porquanto não constitui objeto de votação.

O Senhor Presidente interveio para salientar que o Parecer em apreciação iria ser alterado e para se pronunciar sobre os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade conjugados com o artigo 5.º, n.ºs 2, 3 e 4 do Tratado de Lisboa, e ainda sobre os efeitos das pronúncias, no domínio do artigo 6.º. Os Estados-membros deviam pronunciar-se sobre o princípio da proporcionalidade, distinguindo o plano jurídico do plano político.

Em seguida, intervieram os Senhores Deputados José Ribeiro e Castro (CDS-PP); Vitalino Canas (PS); João Lobo (PSD) e Carlos Costa Neves (PSD) que expenderam o seu entendimento sobre o assunto em apreço.

O Senhor Presidente lembrou que tinham sido enviados ao relator os pareceres da Assembleia Nacional Francesa e do Parlamento da Polónia.

Por fim, ficou decidido que esta matéria seria de novo agendada para a reunião da CAE, seguinte.



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

- 4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
- 5. Apreciação e votação das Atas n.ºs 187 e 188, relativas às reuniões de 8 e 13 de janeiro de 2015, respetivamente.

Submetidas a votação as Atas n.ºs 187 e 188, relativas às reuniões de 8 e 13 de janeiro de 2015, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

A reunião foi encerrada às 18:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de janeiro 2015.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



ATA NÚMERO 190/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Rodrigues
Bravo Nico
Carla Cruz
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Gabriel Côrte-Real Goucha
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Rui Barreto
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes António Cardoso Catarina Martins Ivo Oliveira Paula Gonçalves Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Marques Jacinto Serrão